

PNLD DIGITAL

Programa Nacional do Livro Didático



Sobre

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Governo Federal, tem por objetivo oferecer a alunos e professores de escolas públicas dos ensinos fundamental e médio, de forma universal e gratuita, livros didáticos, livros literários e dicionários de língua portuguesa de qualidade para apoio ao processo de ensino e aprendizagem desenvolvido em sala de aula. A RNP foi designada para desenvolver uma solução em nuvem para disponibilizar os livros em formato digital.

Resumo

A execução do PNLD é realizada de forma alternada. São atendidos em ciclos diferentes os quatro segmentos: educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Os segmentos não atendidos em um determinado ciclo recebem livros, a título de complementação, correspondentes a novas matrículas registradas ou à reposição de livros avariados ou não devolvidos.

O programa do Ministério da Educação (MEC) abrange escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

A RNP é responsável por fazer o redesenho dos processos e a modelagem de uma proposta de solução tecnológica em ambiente de nuvem para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), onde os livros serão disponibilizados em formato digital.

Comunidade beneficiada

Mais de 170 milhões de livros são disponibilizados para mais de 123 escolas participantes, beneficiando assim mais de 30 milhões de alunos.

Resultados

A plataforma PNLD Digital ainda está em desenvolvimento. Os primeiros módulos disponibilizados pela RNP estão sendo utilizados para os novos editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Para 2023, os desafios são disponibilizar - em formato digital por meio do Portal de Livros do PNLD - as obras didáticas, literárias e pedagógicas destinadas aos estudantes, professores e gestores das escolas dos anos iniciais do ensino fundamental da educação básica pública, das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal e das instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público.